RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) EM UMA MATERNIDADE DO SUL DO BRASIL: RELATO DO ROTEIRO DE UMA TRILHA PARA A AUTENTICAÇÃO DAS CURAS HOLÍSTICAS

IMPLEMENTATION OF INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY HEALTH PRACTICES (PICS) IN A MATERNITY HOSPITAL IN SOUTHERN BRAZIL: REPORT OF THE SCRIPT OF A TRAIL FOR THE AUTHENTICATION OF HOLISTIC CURES

IMPLEMENTACIÓN DE PRÁCTICAS DE SALUD INTEGRATIVAS Y COMPLEMENTARIAS (PIC) EN UNA MATERNIDAD EN EL SUR DE BRASIL: RELATO DEL GUIÓN DE UN SENDERO PARA LA AUTENTICACIÓN DE CURAS HOLÍSTICAS

Julia Gallego Gomez[1], Ana Carolina Einsfeld Mattos[1]

e442927
https://doi.org/10.47820/recima21.v4i4.2927

PUBLICADO: 04/2023

RESUMO

As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) representam uma opção alternativa à atenção e promoção à saúde. Concebendo o ser humano como um ser holístico e integrado à natureza, as PICs preconizam o cuidado, não só na dimensão biológica ou física, mas também na emocional e espiritual. Este trabalho objetiva descrever a experiência de implantação do Programa de PICs em uma maternidade pública do Sul do Brasil. Realizou-se um relato da experiência sobre a implementação destas práticas. Observou-se que apesar de ter a Política Nacional de Terapias Integrativas e Complementares no Brasil, a sua implementação na Alta e Média Complexidade apresenta muitos desafios. Desta forma, documentar as ações que estão sendo feitas em estabelecimentos de saúde é uma forma de contribuir com outras experiências e com o conhecimento sobre o tema, e incentivar a utilização das PICs para que mais pessoas possam ter estas opções de cuidado em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Integrativas. Medicina Integrativa e Complementar. Implementação das PICs em Maternidades.

ABSTRACT

Integrative and Complementary Practices (PICs) represent an alternative option for health care and promotion. Conceiving the human being as a holistic being and integrated with nature, the PICs advocate care, not only in the biological or physical dimension but also in the emotional and spiritual. This paper aims to describe the implementation of the PICs Program in a public maternity hospital in Southern Brazil. An experience report on the implementation of these practices was carried out. It was observed that despite having the National Policy on Integrative and Complementary Therapies in Brazil, its implementation in High and Medium Complexity presents many challenges. In this way, documenting the actions that are being carried out in health facilities is a way to contribute with other experiences and knowledge on the subject, and encourage the use of PICs so that more people can have these care options.

KEYWORDS: *Integrative Practices. Integrative and Complementary Medicine. Implementation of PICs in Maternity Hospitals.*

RESUMEN

Las prácticas integradoras y complementarias (PIC) representan una opción alternativa a la atención y promoción de la salud. Concibiendo al ser humano como un ser holístico integrado con la naturaleza, los PIC abogan por el cuidado, no solo en la dimensión biológica o física, sino también en la dimensión emocional y espiritual. Este estudio tiene como objetivo describir la experiencia de implementación del Programa ICP en una maternidad pública en el sur de Brasil. Se realizó un

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

informe de experiencia sobre la implementación de estas prácticas. Se observó que a pesar de contar con la Política Nacional de Terapias Integrativas y Complementarias en Brasil, su implementación en Alta y Media Complejidad presenta muchos desafíos. Por lo tanto, documentar las acciones que se están realizando en los establecimientos de salud es una forma de contribuir a otras experiencias y conocimientos sobre el tema, y fomentar el uso de PIC para que más personas puedan tener estas opciones de atención de salud.

PALABRAS CLAVE: *Prácticas integrativas. Medicina Integrativa y Complementaria. Implementación de PIC en maternidades.*

INTRODUÇÃO

Historicamente, a saúde das pessoas e o que hoje denominamos qualidade de vida, sempre foi um desafio para as sociedades. Desafio que cada cultura enfrentou de forma diferente e que, com o passar do tempo tem-se modificado segundo os contextos sociopolíticos e outros fatores que influenciam as sociedades.

Atualmente, podemos dizer que a medicina convencional ou biomedicina é aquela medicina aceita, praticada e ensinada nas escolas médicas (MARUSIC, 2004), é a mais observada na sociedade ocidental atual e, com a que estamos mais familiarizados. Existem outras formas de cuidar da saúde, que representam o saber, as crenças, e as filosofias de distintas culturas e povos. Algumas destas práticas são designadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI)”, e referem-se a “um amplo conjunto de práticas de atenção à saúde baseado em teorias e experiências de diferentes culturas utilizadas para promoção da saúde, prevenção e recuperação, levando em consideração o ser integral em todas as suas dimensões” (OPAS/WHO, 2022).

Estas terapias apresentam estratégias de cuidado que tomam a visão do ser humano a partir de outros olhares, onde se contempla como um ser “holístico”, como um todo, junto com a natureza e as energias que movem o universo (MS/PNPIC, 2015). Neste caso o ser humano é considerado um ser tanto biológico, como emocional e social, mas também espiritual. A diferença é a concepção dessa integralidade, onde a cura não é somente o tratamento de um órgão ou sistema, mas todo o ser integrado. Estas práticas procuram, através de diferentes formas, encontrar e cultivar ferramentas que a própria pessoa tem para manter e recuperar a sua saúde. Utilizando para isso instrumentos mais naturais, como as plantas, as cores, os cheiros, o toque e as energias de diferentes objetos (MS/PNPIC, 2015).

Percebendo os benefícios que essas terapias representam, foi incentivada, desde a década de 1970, a institucionalização das MTCI pelos estados-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS). O principal avanço ocorreu em 1978, durante a Conferência Internacional de Alma-Ata, onde se recomendou oficialmente a sua utilização (WHO, 2022). Desde então, a OMS vem fomentando às MTCI e a promoção de seu uso, não só na atenção primária à saúde, mas também na formação e qualificação de recursos humanos, além da divulgação dos benefícios desta modalidade de cuidado

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

em saúde para toda a sociedade (WHO, 2022). Diversos documentos e resoluções foram publicados com caráter recomendatório visando fortalecer a inserção e o uso nos sistemas nacionais de saúde.

No nível mundial se observa a revalorização das MTCI e existem diferentes realidades da aplicação das Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas. No site da OPAS/OMS estas práticas aparecem como reconhecidas por 170 países participantes da organização (OPAS/OMS, 2022). Também se observa que 50% dos estados-membros da OMS possuíam uma política nacional de medicina tradicional e complementar até o ano de 2018.

Nas Américas se percebe uma disparidade entre os diferentes países na implementação das MTCI, em alguns deles estão representadas por legislação e normas para tais práticas, enquanto em outros não possuem legislação própria, mas de igual forma, são aplicadas de forma não formal pela população. Existem também entidades e instituições que organizam e regulam as aplicações, a formação, a pesquisa e a promoção da utilização das terapias complementares (OPAS/OMS, 2022).

No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, denominam-se estas práticas como Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) e fazem parte da proposta de cuidado do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente utilizadas na Atenção Primária em Saúde (APS), com tratamentos que aproveitam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir diversas doenças. Em alguns casos, também podem ser usados de forma paliativa e/ou no caso de doenças crônicas. Dentre os estados do Brasil, 27 deles têm utilizado as técnicas das PICs dentro da APS e/ou serviços de baixa complexidade (BRASIL, 2020).

O estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil observa-se que este acompanha esta evolução em relação à implementação destas práticas integrativas em saúde (PICs) como forma alternativa de cuidado e na qualidade de vida dos indivíduos (TESSER; SOUZA; NASCIMENTO, 2018). Desta forma, este artigo expõe o privilégio da participação do momento de implementação das PICs - momento de mudança de olhares sobre a saúde, em uma instituição de alta complexidade, localizada em uma cidade de Santa Catarina/Brasil. Sendo uma das autoras deste artigo terapeuta holística e uma das profissionais de saúde da instituição de alta complexidade que faz parte do grupo que está à frente da implementação das PICs na maternidade, houve grande interesse pela realização deste relato de experiência.

Assim, este artigo pretende narrar a vivência de implementação das MTCI, sendo preciso ressaltar que a caminhada de concretização foi iniciada anos atrás, de forma não oficial, deste modo, esse processo de implementação não começa neste relato de experiência, pois é uma trilha construída por muitas pessoas que se dispuseram e, que se tornaram referência em práticas holísticas dentro da instituição. Nesse sentido, este artigo pretende abordar visões e soluções que acrescentem possibilidades àqueles que enfrentam este mesmo desafio**.** Estudos como este se tornam importantes a medida que apontam os possíveis caminhos e ideias de novas opções para profissionais de instituições que estejam passando ou venham a passar por este processo de inserir estas terapias como forma de atendimento e prevenção em saúde.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

MÉTODO

Este trabalho trata-se de um relato de experiência que descreve o momento vivenciado de implementação das PICs em uma maternidade de Santa Catarina, no período de 2021 até 2022. Segundo Mussi (2021), pode-se considerar o relato de experiência como “[...] a expressão escrita de vivências" (p. 4), produção que contribui com a construção de conhecimentos e a discussão destes. Ainda segundo este autor, "[...] é uma valorização da situação por meio da escrita acadêmica científica, explicando por meio da crítica reflexiva com a referência do apoio teórico metodológico” (p. 13). Desta forma colaborar “[...] na compreensão dos elementos importantes no Relato de Experiência, o que pode implicar na melhoria da formação acadêmica, ações laborais e campo das ciências” (MUSSI *et al.,* 2021, p. 4).

TRAJETÓRIA DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NO SUS

Em 1988 e a partir da Constituição Federal do Brasil, se criou neste país o Sistema Único de Saúde (SUS). No seu Art. 2º estabelece o direito à saúde como universal de todo cidadão e um dever do estado, sendo: “[...] as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (BRASIL, 1988).

O SUS se concretizou da luta social de muitos setores e comunidades e incorporou propostas da reforma sanitária que aconteceu no mesmo momento histórico, sendo regulamentado através da Lei n° 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e na lei n° 8.142/90 contemplando o controle social (BRASIL,1990). O SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, se rege vários princípios, dentre eles: o princípio da universalização, o da equidade, o da integralidade, da descentralização e o princípio da participação popular (BRASIL,1990). Baseando-se neles, o SUS foi implementado através de medidas que envolveram todas as esferas governamentais - a esfera da união, dos estados, e dos municípios; de forma que se garantisse a participação e colaboração entre os diferentes níveis de atenção, como é indicado na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Dentro deste contexto e visão da saúde, as práticas integrativas e complementares foram contempladas no SUS pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC, 2006). Registrando desta forma as tendências internacionais de concepção da saúde, proclamadas por organizações, como, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan Americana da Saúde (OPAS); e pela necessidade de abranger e normatizar ações que eram desenvolvidas nos atendimentos em saúde pública. As PICs foram institucionalizadas no SUS por meio da Política Nacional de Terapias Integrativas e Complementares (PNPIC) no ano de 2006, através da portaria GM/MS nº 971/2006. No ano de 2017 foi criada a Portaria n° 2 que, no seu anexo XXV, implementou e regulamentou as PICs no SUS, sobretudo visando a APS e o cuidado de forma integral da saúde (BRASIL, 2017).

Atualmente no Brasil, 29 práticas são reconhecidas através dessas portarias. As primeiras práticas a integrarem a Política Nacional de Terapias Integrativas no ano de 2006 foram a

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

acupuntura, homeopatia, fitoterapia, antroposofia e o termalismo. Outras 14 práticas foram incorporadas em 2017, são elas: arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária e yoga. Já em 2018 foram integradas mais de 10 práticas ao SUS, sendo: apiterapia, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, ozonioterapia e terapia de florais que também começaram a fazer parte desta política (BRASIL, 2018).

As PICs têm um caminhar histórico dentro do SUS (MS, 2020). Contudo, problemas de financiamento, de implantação na prática, e a forma de registrar, ainda são obstáculos a resolver (BRASIL 2018). Dificuldades descritas que aparecem no *Manual de Implantação de Serviços de Práticas Integrativas e Complementares no SUS,* de 2018. Este manual recomenda a implantação das PICs em todos os níveis de saúde, dando prioridade à Atenção Primária em Saúde, e se recomenda a estimulação das práticas e formação dos profissionais de saúde para a realização das terapias integrativas (BRASIL, 2018). O quadro 1 resume os eventos importantes ocorridos no decorrer da implementação das práticas integrativas ao longo dos anos no Brasil.

Quadro 1: Linha do Tempo - legislação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

Ano	Evento Importante
1988	Constituição "Saúde um direito de todos".
1990	Lei n° 8080/90 -Lei Orgânica da Saúde.
2006	Portaria GM/MS nº 971/2006 Criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) Práticas Incluídas: acupuntura, homeopatia, fitoterapia, antroposófica e termalismo.
2017	Portaria 849 GM/MS nº 2/2017 Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Práticas Incluídas: arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária e yoga.
2018	Portaria nº 702/2018 Práticas Incluídas: apiterapia, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, ozonioterapia e terapia de florais.
2018	Publicação do Manual de Implantação de Serviços de Práticas Integrativas e Complementares no SUS MS.
2020	Publicação das Estratégias de Implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS nos Municípios e Estados.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da revisão teórica

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Ainda, é possível observar no Brasil diferentes contextos institucionais de saúde, realidades socioculturais e demográficas, assim como também diferentes realidades de aceitação destas terapias (LEMOS; MARQUES, 2023). Na elaboração deste trabalho apreciamos o arcabouço teórico sobre as experiências de implementação no nível da Atenção Primária, mas observamos também, a escassez de material sobre as experiências de implementação na alta e média complexidade de atenção. Desta forma torna-se fundamental relatos de experiências acerca da implementação em unidades de média e alta complexidade – como as maternidades.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: IMPLANTAÇÃO DAS PICS EM UMA MATERNIDADE DO SUL DO BRASIL

Percebendo que o processo de implementação das PICs no Brasil está marcado de diversos eventos ocorridos ao longo dos últimos anos, e que cada ocorrência acaba por fortalecer processos de implementação nos diversos serviços de saúde, tomamos este cenário de amadurecimento acerca da temática para relatar a experiência de implementação em uma unidade de alta complexidade

CONTEXTUALIZANDO AS PICS NO ESTADO DE SANTA CATARINA/SC

Em Santa Catarina, existe o Plano Estadual de Saúde que apresenta estratégias para a implementação das PICs de acordo com o Programa Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Este plano acompanha a institucionalização destas práticas no SUS, sobretudo na Atenção Primária em Saúde (APS). Existem duas Leis Estaduais referente às PICs: a Lei Estadual no 12.386, de 16 de agosto de 2002, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fitoterapia e Plantas medicinais em SC e a Lei Estadual no 17.706, de 22 de janeiro de 2019. No Estado também se encontra um Observatório Catarinense das PICS (OC-PICS) coordenado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que incentiva e fortalece a importância das PICs no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) catarinense. Outro ponto essencial a ser destacado é o matriciamento em PICs realizado por meio da Diretoria de Atenção Primária em Saúde, a Diretoria de Educação Permanente em Saúde e o Núcleo Telessaúde UFSC/SC que qualifica profissionais nesta área.

CONTEXTUALIZANDO A MATERNIDADE: INSTITUIÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE

Localizada no centro da cidade, esta instituição é a maternidade pública mais antiga em funcionamento. Popularmente chamada de palco de nascimento do “manezinho” raiz. Devido aos muitos anos de existência, faz parte da vida e da história da cidade, sendo referência Estadual em Saúde da Mulher e do Recém-Nascido (SILVA, 2009).

Atualmente a Maternidade é palco do nascimento de aproximadamente 3600 catarinenses todos os anos. É uma Instituição pública, subordinada à Secretaria de Estado da Saúde, administrada com recursos do Governo Estadual. Conta com mais de 500 funcionários e um corpo

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

clínico que ultrapassa 100 profissionais. Referência em setores como UTI neonatal, banco de leite humano e cirurgias oncológicas como mastectomia. Além de instituir o parto humanizado e ser instituição "amigo da criança" pela OMS, referente ao aleitamento materno.

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS PICS NA MATERNIDADE

Não existindo uma equipe de saúde ocupacional previamente na maternidade, no final do ano de 2021 foi firmada através da Secretaria de Saúde do Estado a contratação de uma enfermeira especialista em saúde ocupacional e uma engenheira do trabalho, ambas uniram seus esforços ao médico do trabalho, que já cumpria serviços na instituição, para formar a primeira equipe de saúde ocupacional da maternidade. Mais tarde se uniriam três componentes à equipe: um técnico de segurança do trabalho, um psicólogo e uma técnica de enfermagem. Para auxiliar no relato dos eventos que aconteceram no decorrer da implementação das PICs na maternidade, elaboramos um quadro/cronograma (quadro 2) das ações desenvolvidas neste período de um ano. Em este quadro representa as ações mais significativas da implementação das PICs na maternidade.

Quadro 2: Ações desenvolvidas na maternidade durante o período implementação das PICs (1 ano)

Mês/Ano	Ações desenvolvidas
Novembro/2021	-Reunião com Grupo Condutor Estadual das PICs
Dezembro/2021	-Contato com Profissionais já atuantes em PICs na Maternidade
Janeiro/2022	-Surto de COVID-19 Florianópolis SC -Contato com Profissionais já atuantes em PICs
Fevereiro/2022	-Contato com Profissionais terapeutas ainda não atuantes em PICs -Formação da equipe de trabalho -Elaboração do Programa PICs na Maternidade -Reunião Grupo PICs Maternidade
Março/2022	-Contato com Profissionais já atuantes em PICs -Elaboração do Programa PICs na Maternidade -Reunião com Grupo Condutor Estadual das PICs -Reunião Grupo PICs na Maternidade
Abril/2022	-Apresentação do Programa à Direção -Contato com Voluntárias que já tinham atuado com PICs na Maternidade -Reunião Grupo PICs na Maternidade
Maio/2022	-Organização da "Semana do Trabalhador" apresentando atendimentos com Reiki como uma das atividades da semana -Reunião Grupo PICs na Maternidade
Junho/2022	-Organização e divulgação das Atenções com Reiki -Elaboração de agendamento online. -Início das Atenções com Reiki por parte das Voluntárias. Todas 5° feiras à tarde. -Reunião Grupo PICs na Maternidade

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Mês/Ano	Ações desenvolvidas
Julho/2022	-Atenção de Reiki Voluntárias na Maternidade -Elaboração de um plano e agenda para a atenção em terapias pelos colegas -Reunião Grupo Condutor junto ao Secretário de Saúde do Estado e as gerentes de saúde
Agosto/2022	-Atenção de Reiki Voluntárias na Maternidade -Elaboração de um plano e agenda para a atenção em terapias pelos colegas -Reforma e condicionamento de sala destinada para PICs pela direção -Reunião Grupo PICs na Maternidade
Setembro/2022	-Atenção de Reiki Voluntárias na Maternidade -Começo da atenção por terapeutas servidores na maternidade -Reunião Grupo PICs na Maternidade e Grupo Condutor -Organização de Curso Reiki Nível 1 para servidores
Outubro/2022	-Atenção de Reiki Voluntárias na Maternidade -Começo da atenção por terapeutas servidores na maternidade -Reunião Grupo PICs na Maternidade -Reunião Grupo PICs na Maternidade e Grupo Condutor -Realização de Curso Reiki Nível 1
Novembro/2022	-Atenção de Reiki Voluntárias na Maternidade -Atenção por terapeutas servidores na maternidade -Reunião Grupo PICs na Maternidade e Grupo Condutor
Dezembro	-Atenção de Reiki Voluntárias na Maternidade -Atenção por terapeutas servidores na maternidade

Fonte: Elaborado pelas autoras

No primeiro momento foi realizada uma apresentação da equipe aos colegas e um levantamento do diagnóstico situacional em relação à saúde e segurança do trabalho na instituição. Nesse período fomos convidadas a participar de uma reunião de pessoas interessadas nas práticas integrativas no Estado, que se realizou na UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) sendo a reunião do Grupo Condutor das PICs do Estado de Santa Catarina. Sendo a enfermeira, terapeuta em terapias integrativas, a possibilidade de combinar as práticas terapêuticas com o trabalho em uma instituição de saúde, trouxe muita expectativa em relação ao que iria encontrar nesta reunião. Como primeiro resultado, foi possível observar a representatividade de muitas pessoas de diferentes locais e instituições de saúde que estavam realizando as terapias holísticas e procurando a sua legitimação dentro do sistema. Logo, nesse primeiro movimento, foi possível perceber a força desse grupo e a presença das terapias dentro do próprio sistema de saúde em SC, situação que deixou a todos gratamente surpreendidos.

Paralelo a este acontecimento, na instituição, entramos em contato com uma profissional que, dentro da maternidade, estava impulsionando as terapias até o momento, e assim a equipe foi aos poucos sendo informada sobre a historicidade das PICs na maternidade e de como a pandemia tinha

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

parado com todas as ações dentro dela. Encontrar pessoas no próprio local de trabalho que levantassem a bandeira das terapias integrativas foi outra surpresa muito positiva.

Dentro da linha de gestão da saúde ocupacional do Estado também observamos o interesse de impulsionar as PICs como um instrumento de promoção da saúde dos servidores, sendo a própria coordenadora da área de saúde ocupacional, reikiana. Também, o diretor de gestão de pessoas da secretaria, que atuava no mandato, demonstrou interesse manifesto pelas práticas para os servidores, como forma de atendimento à sua saúde, de prevenção, e promoção da qualidade de vida.

Terminando o ano 2021 com muitas expectativas e planos para o ano que se iniciava, o processo de implementação da equipe de saúde ocupacional da maternidade encontrou inicialmente resistência da parte institucional, traduzida em situações de assédio vivida por uma de suas integrantes, e que determinou ações para a superação dessa e de várias outras situações similares que vinham acontecendo na maternidade de forma silenciosa. Quando falamos de assédio, neste caso, estamos referindo a situações e condutas que se apresentaram por meio de palavras ameaçadoras, *a priori* de demissão, o que afetou a dignidade e desqualificou a pessoa que as sofreu, colocando em perigo seu desempenho e seu emprego.

A Psiquiatra, psicanalista Marie-France Hirigoyen associou o termo "moral" ao conceito de "assédio" pois considerou que essas ações se encontram no campo da ética ou da moral. Ela adverte que o conceito não pode ser tratado unicamente como um estudo dos mecanismos psicológicos, mas que tem que ser tomado no campo mais amplo. Desta forma, a expressão “moral” associado ao “assédio” implica em um tipo de violência que provoca na vítima a sensação de humilhação, repulsa e desprezo de acordo com a gravidade da violência. Assim, a autora francesa define o assédio moral no trabalho como sendo “[...] toda e qualquer conduta abusiva, manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho” (HIRIGOYEN, 2002, p.65).

Estes acontecimentos e outros, como exemplo o surto de COVID-19 vivido em SC em janeiro de 2022, atrasaram o processo de implementação das PICs na maternidade. Superando esses contratempos, no início do ano de 2022, se convocou uma equipe que, com outros terapeutas colegas e parte de nossos integrantes de saúde ocupacional, formaram uma frente forte que se reuniu para elaborar um programa na maternidade. Este programa foi apresentado em meados de abril/2022 à direção, apresentando a forma planejada de implantação das PICs para avaliação pela direção. Vários desafios ficavam pela frente nessa legitimação e nesse começo de acionar das terapias dentro da maternidade, perguntas do tipo: como iríamos organizar as aplicações? quem seriam os terapeutas? quem iria receber os tratamentos? qual seria o local? quais os horários? como conseguir os implementos/materiais necessários para as terapias? como registrar os procedimentos? etc. Todas essas indagações fizeram parte desse processo inicial de implementação.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

A participação de várias pessoas foi indispensável para poder pensar as soluções para essas dúvidas e dificuldades que se apresentavam. Assim, o apoio da direção neste tema das terapias integrativas foi substancial para conseguir levar a frente essas possíveis soluções. Em maio de 2022, e festejando o Dia do Trabalhador, se começou a aplicação de reiki de forma organizada para os servidores da maternidade. Naquele dia, 6 de maio, foram aplicadas 25 sessões de reiki no próprio auditório da maternidade. É preciso ponderar que estas sessões de reiki foram realizadas por voluntárias, que se dispuseram na continuidade, toda quinta-feira, doar seus tratamentos aos trabalhadores, das 14 às 17 horas.

Recomeçamos desta forma, um processo que, tendo iniciado em 2014 (ROECKER, COLONETTI, 2020), trazia para trabalhadores e pacientes da instituição a possibilidade de acessar o reiki através de um grupo de voluntárias qualificadas nesta terapia. Processo que já não iria mais parar, nos meses seguintes. Realizado numa sala (emprestada) com lugar para três macas, sala que foi cedida para tal finalidade pelo setor ambulatório da instituição, sendo as macas também emprestadas pelas voluntárias.

Concomitantemente a essa situação, e frente à dificuldade do espaço para a realização dos tratamentos, tentaram-se diferentes possibilidades de locais físicos que dessem lugar ao programa das PICs. O local precisaria ter várias macas e espaço para tratamentos individuais e ainda para encontros de grupos para meditação e outras terapias coletivas. Nessa situação, a direção disponibilizou o que era no momento um depósito. Localizado na parte baixa do prédio, e precisando de várias reformas, este espaço nos deixou esperançosos e um objetivo claro para conquistar: o espaço físico com as condições necessárias para as terapias.

Dando continuidade ao programa de PICs na maternidade, já funcionando com as voluntárias, elaboramos uma agenda inicial com os terapeutas trabalhadores da própria instituição que participavam do grupo e, no mês de setembro começamos os atendimentos. Houve a negociação de mais horários com o ambulatório para utilizar todo o tempo disponível e o espaço por eles doado. Assim, começou o que seria chamado informalmente “Projeto de Nós para Nós” na maternidade, onde terapeutas de diferentes áreas, trabalhadores da própria instituição, oferecem suas terapias para os colegas. As seguintes técnicas de atenção individual começaram a ser oferecidas: Reiki; Imposição de Mãos (Cura reconectiva); Massoterapia, digitopuntura; e Acupuntura. Terapias coletivas também começaram a ser ofertadas como a Meditação e as Vivências Transpessoais.

Ainda é importante lembrar que foi realizado um curso de reiki nível 1, disponibilizando para todos os profissionais a possibilidade de se desenvolver nesta técnica. Este curso foi oferecido pela mestre reikiana responsável da equipe de voluntárias, sendo uma iniciativa que procurou aproximar o conhecimento e a possibilidade de preparação de mais servidores nesta técnica.

No final do ano de 2022, começamos a realizar as aplicações das práticas no horário de trabalho, em no máximo 20 minutos e, tanto o colega terapeuta, como o colega tratado, tem a aprovação do seu chefe de setor para se ausentar do seu local de trabalho. Elaboramos uma forma

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

de agendamento que fosse prática e acessível para todos através da criação de um *link* de acessos e *QR CODE* que divulgamos na instituição, com horários prefixados para a inscrição e o próprio agendamento.

De forma paralela e, a nível do Estado, processo de legitimação das terapias integrativas continua, e a partir da primeira reunião em que participamos, se sucederam mensalmente várias outras. As responsáveis pelas PICs na maternidade formaram parte de um grupo menor, com representantes de distintas outras instituições de média e alta complexidade. As reuniões foram mensais e nelas trocamos informações e dicas para a implantação dos programas de terapias integrativas em este nível de complexidade e a elaboração das políticas a nível do estado.

O dia 28 de julho, foi um dia muito feliz para nós, pois nesse dia representantes do Grupo Condutor das PICs do Estado tiveram uma reunião com o então secretário interino da saúde. Reunião onde o secretário e suas assistentes escutaram as demandas e reconheceram a situação das PICs e, com base nisso, manifestaram de forma clara e direta o interesse de integrar as PICs a nível de toda a saúde do Estado. Esse momento foi muito significativo para todos os que estavam presentes e abriu uma esperança de encontrar uma saída para a tão comprida luta da integração das PICs ao sistema de saúde.

A continuidade deste olhar e destas políticas está em risco no seu cotidiano, por diversos motivos que envolvem contextos políticos e sociais. Por enquanto, o grupo segue trabalhando reunindo terapeutas e interessados na instauração das PICs, assim como na divulgação de sua efetividade como opção.

DIFICULDADES E POTENCIALIDADES OBSERVADAS NO PROCESSO

Pensando na experiência vivida neste um ano dentro da instituição de alta complexidade no Estado de Santa Catarina e, em relação especificamente às PICS, pode-se observar que, quando o interesse é comum numa determinada realização, existem mais chances de que ela se concretize. Assim, se aprecia este interesse da sociedade, representada, neste caso, pelos trabalhadores da saúde, pelas autoridades de distintos níveis, tanto da direção da instituição como na gerência da secretaria de saúde do estado. Movimento este que está acompanhando o que acontece a nível nacional da integração das PICs à atenção à saúde e também se observa no plano mundial, como uma validação de um recurso que a população usufrui de informalmente, desde sempre.

Observou-se também como, apesar das boas vontades das pessoas de todos os níveis nomeados antes, a dificuldade de formalização dentro do sistema destas terapias, representada, por exemplo, com a autorização oficial da implantação dentro da maternidade, o registro das próprias aplicações, ou a concretização de um espaço físico e recursos humanos, vem se dificultando pela própria estrutura dos espaços de saúde.

Na procura de informação e de estudos na literatura científica que descrevessem as implementações de PICs, foram encontrados muitos artigos falando das terapias de forma particular,

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

por exemplo da acupuntura; de auriculoterapia, de reiki etc, com seus diferentes tratamentos e dos resultados obtidos. Também, muitos dos estudos se referiam à inserção das PICs na atenção primária. Outros discutiam as características e os efeitos de determinados tratamentos em populações específicas como grávidas, idosos e pacientes com transtornos mentais. Também se observam vários trabalhos captando a percepção de profissionais da saúde sobre as terapias alternativas. Mas, apesar do interesse e da extensa procura nas bases de dados, encontramos pouco material que falasse da implementação de um programa de PICs dentro de hospitais ou de serviços de alta complexidade.

Um desses raros estudos, foi o escrito por Santos, Silva e Sobreira, e descreve a experiência de um programa de PICs implantado em um hospital de referência para o atendimento de COVID-19 em 2020. A experiência retrata a história de profissionais Residentes, de um programa de pós-graduação no Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica, que devido à pandemia fizeram parte de sua residência no Hospital Regional de Seridó. Estes instauraram um programa de PICs para a atenção dos servidores do hospital com diversas terapias como reiki, automassagem, e outras que conformaram um programa chamado “Multi PICs”, atendia uma vez por semana e foi instrumento de 410 atendimentos em PICs junto com a formação destes residentes. Esta experiência trouxe uma avaliação muito positiva por parte dos participantes e a importância do autocuidado e de uma visão mais holística e integral da saúde. Também demonstrou a possibilidade de implantação das PICs no nível hospitalar.

Outra experiência registrada na bibliografia vem do mesmo estado aqui descrito neste estudo - SC, e pertence ao projeto Amanhecer. Vinculado à UFSC este projeto atende servidores do Hospital Universitário (HU) e também à comunidade, como projeto de extensão nos programas de formação de terapeutas e pesquisa em PICS. O Projeto Amanhecer foi criado em 1996, registrado e vinculado à Divisão de Gestão de Pessoas do HU, oferece a comunidade universitária da UFSC e à sociedade em geral, Terapias Integrativas e Complementares, por meio do trabalho voluntário (HU-UFSC, 2013). Em 2020 estiveram vinculados ao Projeto Amanhecer 102 terapeutas voluntários (participantes externos) mais 6 professores da UFSC (participantes internos) de diversas áreas terapêuticas. Essa experiência aponta resultados excelentes apesar das dificuldades de vários tipos enfrentadas (HU-UFSC, 2021).

Desta forma, e devido a vários fatores, como enumeram Saizar; Sarudiansky; Korman fatores que vão desde a insatisfação com o modelo biomédico de Atenção à Saúde, à procura de novas terapêuticas mais holísticas e menos invasivas, e o conhecimento e valorização de novas visões e filosofias de vida que vem marcando a crescente demanda de novos tratamentos. Assim, mais pessoas procuram este tipo de medicinas alternativas e, de alguma forma isto está representado através das políticas públicas e das instituições de saúde, com a abertura cada vez maior a estas opções de tratamento. Os procedimentos em PICs realizados na Média/Alta Complexidade (MAC) na rede ambulatorial hospitalar no Brasil, igual que os realizados na APS, também estão crescendo ao

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

longo dos anos. As sessões de acupuntura, por exemplo, foram um dos procedimentos mais realizados na média e alta complexidade, com um número total de 1.395.935 realizados nos anos de 2017, 2018 e 2019 (MS, 2020).

Apesar desta grande massa de pessoas cada vez mais interessadas nestas novas formas de promover e procurar a saúde, o sistema todo ainda coloca os empecilhos, sejam estes na desqualificação como na falta de legitimação. Assim como acontece na pesquisa da Bordes, onde fala da “otredade" das terapias alternativas nos espaços oficiais, nesta experiência este desencontro de aceitações se traduz de forma sutil, como por exemplo na cara feia quando se fala com alguns profissionais sobre a instauração deste serviço, ou então, o não entendimento do pessoal da informática na necessidade de fazer os registros de atendimento fora do nome de um médico, pois não é aceito que não são procedimentos médicos.

Também se observa no sentido da falta de recursos específicos para as práticas, passando a depender da “boa vontade” do colega de almoxarifado para obter os insumos para realizar as técnicas que precisam deles. O local físico também tem sido um grande desafio, neste caso experenciado, dependendo de o sector de ambulatório liberar as salas para o uso das técnicas. Ainda outras dificuldades se mostraram presentes no decorrer do processo de implementação, descritos no quadro 3, indo desde dificuldades inerentes a todo o período, como por exemplo a impossibilidade de registro no sistema das ações até a falta de recursos para o programa.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Quadro 3: Dificuldades encontradas durante a implementação das PICs na maternidade

Dificuldades dentro da maternidade	
	-Dificuldade de inserção na instituição como equipe nova de Saúde e Segurança do Trabalho. -Dificuldade de comunicação com a direção. -Surto de COVID -Demanda de atenção extra. -Dificuldade de tempo para as comunicações internas para fazer os contatos e elaboração do programa das PICs. -Dificuldade para a escrita qualificada e revisão do Programa de PICs na maternidade -Dificuldade na organização do Dia do Trabalhador tendo as PICs como um dos eventos. -Dificuldade com o agendamento das terapias. -Dificuldade de encontrar local específico para a realização das PICs na maternidade. -Dificuldade na negociação do espaço cedido. -Dificuldades da organização dos terapeutas servidores na maternidade. -Dificuldade insumos e de reformas no espaço cedido - depósito que precisava ser arrumado. -Dificuldade do baixo interesse no curso - Cancelamento de Curso de Reiki Nível 1.
Dificuldades na organização na saúde do Estado.	
	-Dificuldade de organização e comunicação dos grupos condutores para organizar as reuniões. -Pouca participação dos profissionais no grupo condutor da Média e Alta Complexidade. -Dificuldade de convocatória do grupo da Média e Alta Complexidade. -Dificuldades na redação das Portarias com a implementação das Políticas a nível do Estado. -Dificuldade na participação no Grupo Condutor.

Fonte: Elaborada pelas autoras

De todas as formas, e frente a estas dificuldades do sistema, onde os desafios se multiplicam, na maternidade experenciada, se chegou a uma junção de forças que, de forma chave, conseguiram mexer no projeto das PICs e colocá-lo para andar. Concretizando de forma prática com mais de 450 atendimentos realizados ainda no ano de 2022.

CONSIDERAÇÕES

Saindo da concepção biomédica hegemônica do ser humano, e partindo para a visão de um ser holístico, integrado com a natureza com as energias que a movem, as chamadas “Práticas Integrativas e Complementares” divergem do modelo de atenção da doença para um modelo que prioriza o ser humano como um todo e se preocupa com a prevenção e promoção da saúde. No nível internacional esse caminho é recomendado e pautado pela OMS, contudo o percurso é diferente dentro de cada país. Estes tipos de terapias vêm se impondo aos poucos nos distintos níveis de atenção, sobretudo na Atenção Primária à Saúde (APS). Na Média e Alta Complexidade, embora de forma mais lenta, também vem se implantando de diferentes formas, tanto para profissionais, como para pacientes.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Assim, estas terapias, e apesar de possuírem bases teórico-filosóficas que se contrapõem às dominantes, estão ganhando espaço até em locais que são o centro do poder hegemônico médico, como os hospitais. Poucos registros das implementações fazem fé de estas ações de integração, e cada realidade se mostra particular em relação a vários fatores, dentro deles a aceitação ou rechaço pelos gestores locais. A alta demanda que tiveram estas práticas e os diversos testemunhos de benefícios, que acompanham os resultados de pesquisas no nível mundial, fazem fé na proporção destes instrumentos para a saúde das pessoas.

Neste trabalho se relata o caminho vivido numa maternidade do sul do país. No Brasil e apesar de existir uma Política Nacional de Práticas Integrativas, as dificuldades para colocá-la em prática se vivem no cotidiano, com a falta de financiamento, normatização, pesquisa e formação nesta área. Nesse sentido, pretendeu-se contribuir com este trabalho para deixar registrada nossa experiência e para colaborar com outras experiências que venham a acrescentar conhecimentos e dados nestes temas.

Assumimos algumas limitações que fizeram parte desta realização, como por exemplo a escassez de tempo para dedicar à pesquisa, ou a falta de informações sobre o tema. Ainda o recente contato com a implantação das PICs no Brasil, foram entraves enfrentados para a elaboração deste trabalho. Ficou o interesse por continuar o aprofundando no tema e qualificar o processo histórico de implantação das PICs na maternidade e no Estado de Santa Catarina, Brasil. Sugere-se novos estudos acerca da temática para auxiliar o entendimento e contribuir para que os serviços de saúde da Alta e Média Complexidade assumam o compromisso da implementação das Práticas Integrativas e Complementares como ferramentas assertivas de cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. D. **Obstáculos à Implementação da Homeopatia no SUS**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2020 TCC (Graduação) – Universidade Federal do rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48459/6/OBSTACULOS%20%C3%80%20IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O%20DA%20HOMEOPATIA%20NO%20SUS_BARBOSA_2022.pdf

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Constituição (1988)**. Art.196 ao 200; Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n° 8080, de 19 de setembro de 1990**. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Brasília: Gabinete do Ministro, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 849, de 27 de março de 2017**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n 3.992, de 28 de dezembro de 2017**. Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Brasília: Gabinete do Ministro, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 971, de 3 de maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da saúde. **Portaria nº 633, de 28 de março de 2017**. Atualiza o serviço especializado 134 Práticas Integrativas e Complementares na tabela de serviços do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 de março de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº. 971, de 03 de maio de 2006**. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União 04 maio 2006; Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Práticas Integrativas e Complementares (PICS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS:** atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde de Família. **Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde**. Brasília: MS, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública. Doença pelo coronavírus 2019: ampliação da vigilância, medidas não farmacológicas e descentralização do diagnóstico laboratorial. **Boletim Epidemiológico**, v. 5, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático**: práticas integrativas e complementares em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.

BRASIL. Secretaria Legislativa do Senado Federal. **Requerimento n° 246, de 2022**. Requer audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 5983/2019. Brasília: Secretaria Legislativa do Senado Federal, 2022.

GARCIA, E. Pesquisa Bibliográfica Versus Revisão Bibliográfica Uma Discussão Necessária **Revista Línguas e Letras**, v. 17, n. 35, 2016 Disponível em: https://erevista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193/10642

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HEBERLE, M. O. **Um estudo da concepção dos profissionais de saúde sobre as práticas integrativas e complementares em saúde**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em ciências sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6236

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Brasil; 2002.

LEMOS, M.; MARQUES, P. F. P. Sistematização dos processos de trabalho na gestão pública de práticas integrativas em saúde: relato de caso. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, 2023.Disponível em: file:///C:/Users/gallegoj/Downloads/39692-Article-425933-1-10-20230105%20(3).pdf

MARUSIC, M. "Complementary and alternative" medicine – a measure of crisis in academic medicine. **Croat Med**, 2004. Disponível em: http://ircp.info/Portals/11/Downloads/Policy/Complementary%20and%20Alternative%20Medicine.pdf?v er=2013-10-24-113420-000

MELO, S. C. C. et al. Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: visão de enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online], v. 66, n. 6, p. 840-846, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000600005.

MTCI AMÉRICAS. **Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas**. [S. l.]: BVS, s. d. Disponível em: https://mtci.bvsalud.org/pt/sobre/

MUSSI, R. F. de F. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 1-18, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/gallegoj/Downloads/DialnetPressupostosParaAElaboracaoDeRelatoDeExperienciaCo8089493.pdf

OPAS BRASIL. **Saúde do Trabalhador**. [S, l]: OPAS, 2022. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=378:saude -do trabalhador&Itemid=685. Acesso em: nov. 2022.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi, RJ: FAETEC/IST, 2007. Disponível em: http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_m etodologia_cientifica.pdf

ROECKER, M, R.; COLONETTI, M, A. **Reiki, o despertar para uma nova consciência**. Florianópolis: Espaço Rosa Branca, 2020.

SANTANA, N. V. **Agenda global de prioridades na área de práticas integrativas e complementares em saúde**: perspectivas e recomendações da OMS para a cooperação internacional. Brasília: UNB, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15970/1/2016_NayaneVerasSantana_tcc.pdf

SILVA, R. P. da. **Cuidado de enfermagem durante o processo de adaptação entre pais e recém-nascidos com anomalias congênitas**. 2009. 350 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.tede.ufsc.br/teses/PNFR0621-D.pdf

SOUSA, I. M. C., TESSER, C. D. Medicina Tradicional e Complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 1, 23 jan 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2017.v33n1/e00150215/pt/.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C.; NASCIMENTO, M. C. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira Traditional and Complementary Medicine in Primary Health Care in Brazil. **Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 174-188, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SY9PZWpk4h9tmQkymtvV87S/?format=pdf&lang=pt.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Relatório do Projeto de Extensão 2020-2021. Centro

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

de Ciências Biológicas – CCB Departamento de Ciências Fisiológicas Centro de Ciências da Saúde – CCS. Departamento de Análises Clínicas. Disponível em: https://amanhecer.paginas.ufsc.br/historico/

WHO. **História**. Geneva: World Health Organization, 2022. Disponível em: https://www.who.int/about/who-we-are/history. Acesso em: nov. 2022.

WHO. Medicina tradicional e medicina alternativa/complementar. Geneva: World Health Organization, 2022. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/medicinas-tradicionaiscomplementares-e-integrativas Acesso em: nov. 2022.